

se deu ao longo da primeira metade do Século XX, chegando até mesmo aos nossos dias.

Em pleno Século XXI, o retrato ainda ocupa um lugar importante nas instituições. A Reitoria da UFBA continua homenageando seus ex-reitores, encomendando retratos pintados para sua galeria (hoje com 14 retratos). A maioria das obras foram desenvolvidas pelo pintor Henrique Passos, ex-aluno da Ebab e um renomado mestre das tintas. O curioso é que, nos últimos 25 anos, mesmo com uma Escola de Belas Artes, a reitoria da UFBA encomendou retratos fora dos seus muros, mesmo havendo professores e alunos retratistas.

Como podemos notar, a pintura de retrato persistiu ao novo século e, mesmo com todas as provocações contemporâneas, se mantém firme, ainda sendo utilizada por várias instituições. Os retratos produzidos na República Velha, revelam particularidades de cada pintor, mesmo quando as encomendas vinham acompanhadas de parâmetros. Pintar retratos não diminuía, ao nosso entender, as qualidades artísticas do pintor. Eles precisam ser entendidos dentro das regras da sociedade, do mercado artístico e a partir da formação artística daquele momento. Na Bahia republicana, o retrato era uma exigência do “mercado” e todos os pintores o fizeram.

3 A EBAB E O LEGADO CAMINHOÁ

Como demonstramos nos capítulos anteriores, a Ebab não estava recebendo as subvenções do estado. Isso não impediu que alguns artistas conseguissem apoio da Assembleia baiana para empreenderem viagens de aperfeiçoamento fora do país. Presciliano Silva lembrava, em entrevista, que “enquanto no Rio de Janeiro o ensino tinha o apoio do governo, na Bahia arrancava-se criminosamente da Ebab a pequena subvenção que merecera” (ESCOLA... 1909, p. 21).

A Escola amargou o abandono até 1911, quando o deputado federal Pedro Lago obteve um auxílio no valor de dez contos de réis, e mais trinta contos de réis das subvenções concedidas à instituição, indicando que a Congregação resolvesse como utilizaria os recursos (ATA... 1911, p. 63). Braz do Amaral fez uma proposta de que se

utilizasse os 30:722\$875 em caixa, correspondente aos 11 anos atrasados, para pagar aos professores e garantir a manutenção da Escola.

O desprestígio da Escola era tanto que o governo resolveu transferir o Senado para o Solar Jonathas Abbott, o que trouxe inúmeros problemas para as aulas (BAHIA, 1915, p. 1). Com as remodelações da Av. Sete de Setembro, o prédio que pertencia ao Senado Federal, antiga Escola da província construída por José Frederico Allioni, um dos fundadores da escola, quase desapareceu “com o furor das picaretas Lafayettistas”. Era uma época de grandes transformações urbanas.

O Senado ocupou um espaço que já era utilizado pelo Arquivo Público, o que indica que o Solar Abbott já seria para outras funções. Para tanto, o prédio passou por algumas reformas. A junta da Fazenda, do ano de 1915, informava que as obras do edifício custaram 2:000\$000 (REQUERIMENTO... 1915, p. 3). Essa informação é importantíssima, pois as reformas no solar Jonathas Abbott só ocorreram pela presença dos senadores. Desse modo, é factível afirmar que sem o Senado o prédio estaria condenado.

Isaura dos Santos informa que por pouco a Escola não entregou as chaves para o governo. Sem perspectivas de melhoras financeiras por parte do Estado, a Congregação da Ebab recebeu a notícia de que Francisco Caminhoá havia falecido no Rio de Janeiro, deixando em testamento uma quantia importante para a Escola Baiana, a fim de apoiar as artes (ALVES DOS SANTOS, 1966, p. 145).

Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá (1838-1915) era baiano e estudou Arquitetura na Aiba do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2002, p. 5). Em 1855, recebeu, da Assembleia Provincial da Bahia, a subvenção de 200 francos mensais para estudar na Europa (PEREIRA, 2002, p. 6). Francisco Caminhoá foi mais um filho ilustre da cidade de Santo Amaro da Purificação.

Estudou na École de Beaux-Arts de Paris e foi aspirante no ateliê de Hyppolyte Lebas, em 1857. Ao regressar ao Brasil, em 1867, assumiu inúmeros projetos como a Catedral de Petrópolis (1889) e o Hotel Avenida (1911), ambos no Sudeste do Brasil (PEREIRA, 2002, p. 6 e 7).

Francisco Caminhoá já mantinha contato com a Escola Baiana. Em 1911, o Diretor da Ebab, Eduardo Dotto, comunicou à Congregação que o engenheiro Caminhoá tinha enviado, do Rio de Janeiro, uma oferta de livros para a biblioteca da Escola (COMUNICADO... 1911, p. 63). Ao falecer no Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1915, dividiu parte de sua fortuna com inúmeras instituições brasileiras (CONTESTANDO... 1922, p. 1). Adolfo Morales de Los Rios Filho errou ao registrar a data de morte do engenheiro, mas comentou sobre o testamento:

Ao ser aberto seu testamento verificou-se que legara parte de sua grande fortuna à união, ao Estado da Bahia e ao Governo Francês. Foi com a parte destinada à União que ficou constituído o Donativo Caminhoá, para custear a ida a Europa de pensionistas, antigos discípulos da Escola. (RIOS FILHO, 1963, p. 69)

Deixou para a Ebab a importância de 120:000\$000 (cento e vinte contos de réis) e juros de 5% ao ano para seu patrimônio. Com os juros dessas apólices, a diretoria da Escola deveria instituir um prêmio anual “Viagem à Europa” ao aluno de primeira classe das seções de Arquitetura, Pintura e Escultura, sem distinção de nacionalidade, que obtivesse o primeiro lugar, cabendo ao segundo classificado uma medalha de ouro. Segundo Rios Filho (1964, p. 25), o prêmio consistia numa viagem ao estrangeiro pelo período de dois anos. Na realidade, não consta uma subvenção para manter o aluno no estrangeiro por dois anos e sim uma viagem ao estrangeiro.

A Ebab homenageou o engenheiro, mandando confeccionar um busto de bronze para ser inaugurado no Salão Nobre e, para tanto, solicitou à família uma fotografia do falecido benfeitor, sendo que essa homenagem foi informada através de ofício à família (ATA... 1915, p. 69).

Para que os recursos fossem liberados, a Escola precisava se fazer representar publicamente na capital federal, sendo o Professor Braz do Amaral o escolhido, pela Congregação, para resolver as questões legais. Foi um longo caminho até que a instituição pudesse usufruir de tais recursos.

A Escola só contava com poucos recursos, recebidos com as matrículas, insuficientes para mantê-la em funcionamento. Os cursos de desenho, pintura e escultura não tinham a mesma procura de antes. Em contrapartida, o Conservatório de Música passou a ser muito procurado pelo público e seus cursos cresciam. O Conservatório tinha direção técnica independente e suas inscrições pagavam as contas da Escola

como um todo. O Diretor do Conservatório, Deolindo Fróes, começou a apontar as dificuldades financeiras de ter que sustentar os cursos de Desenho, Pintura e Escultura, defendendo que o Conservatório já podia caminhar de forma independente.

Em 1917, os professores do Conservatório de Música, liderados por Deolindo Froes, passaram a cobrar da Congregação da Ebab a independência na utilização dos recursos provenientes das matrículas dos seus cursos. As Atas de Sessões da Congregação da Ebab demonstram que esses recursos eram utilizados pela Escola, sem refletir diretamente no Conservatório de Música.

O Diretor Eduardo Dotto leu, em plenária da Congregação do dia 17 de fevereiro de 1917, um ofício redigido por Deolindo Froes, solicitando uma exposição circunstanciada do recebimento e distribuição de importâncias que estiveram em seu poder e sob sua orientação, arrecadados até o fim de 1916. Nessa reunião, Oséas dos Santos destacava que as ações do Conservatório de Música ultrapassavam os limites da condição de curso anexo e propôs que seguisse independente, pois já possuía todos os meios para a sua manutenção (OFÍCIO... 1917, p. 74).

A questão foi discutida na reunião da Congregação do dia 27 de abril de 1917, decidindo pela desanexação do curso, determinando que fosse enviada uma correspondência à Assembleia Legislativa do Estado (ATA... 1917, p. 81).

Fica evidente, pelos comentários da Congregação, que qualquer decisão só poderia ser tomada depois que os diretores (da Ebab e do Conservatório) entrassem em contato para acertar todas as questões legais, inclusive o acerto das contas do Conservatório. Em outra reunião, com a presença de Deolindo Froes, discutiu-se acerca das resoluções, não chegando a um acordo entre as partes. Diante do conflito de interesses, o Conservatório deixou o prédio da Escola, de forma inusitada, sem um ofício formal. Ao invés disso, o Diretor colocou dois cartazes nas portas das salas com o seguinte texto:

Silvio Deolindo Froes e Marcos Salles, em comissão, não tendo encontrando nenhum de vós, vem por meio deste e em nome do Conservatório despedir-se da Escola de Belas Artes, saudando a todos os membros da mesma e desejando-lhes próspero futuro. Em virtude da Lei de desanexação resolvemos não abusar do gentil oferecimento [...] (CARTÃO... 1917, p. 87)

O Conservatório de Música foi desanexado da EBAB pela Lei nº 1.193, de 6 de julho de 1917 (ATA... 1917, p. 87). Como podemos imaginar, a saída do Conservatório de Música agravou a situação econômica da Escola; entretanto, a Congregação da Escola poderia contornar a situação. Ao que parece, a Escola já vislumbrava os recursos do Legado Caminhoá, que nessa altura estavam em trâmite na capital federal. Sem os recursos do testamento Caminhoá e sem as subvenções, a Escola certamente teria fechado as portas.

Segundo o *Livro Caixa do Legado Caminhoá*, em setembro de 1919, a Escola recebeu, do governo do estado, a importância de 120:000\$000 (cento e vinte contos de réis), em apólices federais da Dívida Pública, doada à Ebab pelo falecido engenheiro Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá (LIVRO CAIXA... 1919, p. 1). Também recebeu 15:000\$000 (quinze contos de réis) de juros, referentes a cinco semestres, pela demora na transferência das apólices para o seu nome, totalizando 135:000\$000. Quando o Legado Caminhoá finalmente foi liberado pelo governo, a Escola não tinha alunos preparados, nos cursos de Arquitetura e Pintura, para desenvolver o concurso, permanecendo assim entre os anos de 1918 e 1919. Essa questão foi anunciada em jornais baianos, despertando o interesse de muita gente.

Diante da repercussão nos jornais em torno do Legado Caminhoá, e pensando na vaga deixada por Manoel Lopes Rodrigues, o Professor Vieira de Campos tenta retornar à Escola, se oferecendo para a vaga de Desenho de modelo-vivo e Pintura, deixada pelo Professor falecido. Foi apresentado pelo Diretor Eduardo Dotto, em reunião de Congregação (ATA... 1919, p. 101).

Vieira de Campos, desde o final da primeira década do Século XX, não ministrava mais aulas regularmente na Ebab, deixando de participar da Congregação. Pedia, de tempos em tempos, para ministrar cursos livres à noite, pois ministrava aulas em outras instituições. No mesmo ano, assumiu uma cadeira no Ginásio da Bahia, através de concurso. Retornou às aulas na Ebab no primeiro semestre de 1919 (LIVRO... 1919, p. 66v).

Vieira de Campos propôs a criação de uma cadeira de Desenho de modelo-vivo e que essa deveria ser revezada por todos os professores de Desenho e Pintura. A Congregação decidiu que era conveniente manter, na nova disciplina, o mesmo

Professor da disciplina de Pintura de modelo-vivo, ou seja, Oséas Santos (ATA... 1919, p. 107).

Em 1919, Vieira de Campos solicitou à Congregação a nomeação de Presciliano Silva e Pasquale de Chirico, com o intuito de “congraçamento entre artistas e do progresso das belas artes”. Também pedia que os dois professores tivessem assento na Congregação.

A proposta foi rebatida por Oséas Santos, que chamou a atenção para a má vontade de Presciliano para com a Escola, além de lembrar que esse mesmo proferiu “os maiores impropérios” contra ele. Também não achava que Presciliano fosse um artista que possuísse “os requisitos de um artista que se possa admitir de modo excepcional”. Oséas, entretanto, não discordaria da Contratação, caso fosse o desejo dessa e desde que o pedido partisse de Presciliano Silva (ATA... 1919, p. 105).

Agrippiniano de Barros, antigo professor, se manifestou a favor da contratação dos artistas, desde que não fosse com assento na Congregação; entretanto, achava que, em virtude das reformas que a Escola passava, qualquer nomeação deveria ser deixada para depois. A Escola já tentava equiparar seus programas e adaptar o regulamento à Enba. A proposta foi apresentada na reunião de Congregação de 27 de março de 1919 (ATA... 1919, p. 175). Um ano depois, a Congregação se reuniu para a leitura do projeto dos Estatutos (ATA... 1920, p. 110).

Uma crônica de jornal afirmava que o prédio da Escola era uma verdadeira “arca de Noé, sem faltar a bicharia que habitava os pavimentos inferiores”. Preconceituosa, a notícia relatava que embaixo do Senado “habitava uma coleção zoológica com dezenas de pessoas de várias classes”: quitandeiras, costureiras, alfaiates, sapateiros, entre outros (entenda-se trabalhadores negros), ressaltando que era nessa situação que os senadores estavam trabalhando. Para além das questões de raça e gênero, que por si só são injustificáveis, essa era a realidade da Escola (O SENADO... 1920, p. 1).

A Escola continuava sem subvenções e acumulava os recursos do Legado Caminhoá, por falta de alunos preparados para concorrer ao prêmio. De janeiro a julho de 1920, a Ebab acumulava a soma de 140:830\$000, descontando as despesas (não especificadas) do Professor Braz do Amaral. Lembramos que Braz do Amaral foi

designado pela Congregação da Escola para resolver as questões legais para transferência dos recursos do Legado Caminhoá no Rio de Janeiro e provavelmente suas despesas foram com transporte, estadia e taxas do processo. O prêmio anual destinava 6:000\$000 (seis contos de réis) ao aluno premiado em cada seção (LIVRO CAIXA... 1919, p. 67).

Os jornais locais acompanhavam os desdobramentos do Legado Caminhoá, o que pressionava a Congregação. Vieira de Campos, por exemplo, passou a denunciar nos jornais de grande circulação que a Escola não tinha alunos preparados para realizar o concurso:

[...] o Legado que monta a soma apreciável de 120 contos, já rendeu até agora cerca de 17 contos, sem que tivesse aplicação as cláusulas testamentárias, e isso porque o estabelecimento beneficiado não dispõe das condições materiais de ensino para mandar alunos a Europa. Tendo estado por muito tempo paralisados os seus cursos, os poucos alunos que hoje possui a Escola não têm o preparo suficiente para irem ao estrangeiro com proveito solido para a sua cultura artística (A HERANÇA... 1920, p. 4)

As denúncias de Vieira de Campos surgiram depois que tentou vender uma de suas obras para a figurar na galeria da Escola (ATA... p. 117). A Congregação recusou a compra, alegando que as normas estipuladas no testamento indicavam uma ordem para o concurso, que obedeceria a uma sequência a começar pelo de Arquitetura, depois Pintura e Escultura, sucessivamente. Como aquele ano estava destinado ao concurso de Arquitetura, não poderiam adquirir uma pintura. Sem alunos de Arquitetura, e com pressão dos jornalistas, a Escola lançou o concurso para a seção de Escultura, pois tinha um aluno preparado para fazê-lo. Essa questão toda nos deixa a pensar que houve um certo “arranjo” para cessar os clamores pela utilização dos recursos.

Parece que esses ajustes não foram recebidos muito bem por Vieira de Campos, fazendo com que ele manifestasse, junto à Congregação, a intenção de deixar a Escola (ATA... 1920, p. 118). A ata indica que Vieira de Campos só continuaria se fosse efetivado no cargo como professor. O Vice-Diretor Oséas Santos respondeu que a Congregação só poderia efetivar um Professor através de concurso e isso só aconteceria quando a Escola pudesse garantir sua remuneração. Seus proventos eram de 155\$000 e, caso fosse considerado efetivo, aumentaria mais 20\$000. Um pouco depois, Vieira de Campos deixou a Escola (LIVRO DE PAGAMENTO... 1920, p. 67).

Na mesma época, Agrippiniano de Barros (1920, p. 1) publicou em um jornal de grande circulação, que o valor destinado ao prêmio só possibilitava que o selecionado permanecesse menos de um ano na Europa, o que era insuficiente para a formação artística, que previa um mínimo de três anos para os cursos de Pintura, Escultura e Arquitetura. Mesmo com todas as críticas, a Escola realizou o tão esperado primeiro concurso.

3.1 OS PRÊMIOS DE VIAGEM LEGADO CAMINHOÁ – DÉCADA DE 1920

Diante de toda pressão sobre a Escola, a Congregação foi compelida a alterar a ordem dos concursos para poder realizar a sessão de Escultura. O primeiro concurso só ocorreu em 26 de junho de 1920, depois que a Congregação convocou o Professor de Escultura, Pasquale de Chirico, a fim de opinar sobre as provas a serem realizadas na sessão. Pode-se perceber que Pasquale de Chirico foi contratado e Presciliano Silva não.

Oséas Alves dos Santos, então Vice-Diretor, propôs que fosse executado um torço de São Sebastião e o Professor Pasquale indicou que a prova deveria constar de desenhos realizados a partir de modelos-vivos: “Uma cabeça com tempo de 6 horas e uma academia com tempo de 12 horas”. A Congregação decidiu pela indicação de Oséas, ficando a modelagem de São Sebastião com tempo a ser determinado pela comissão julgadora (ATA... 1920, p. 119).

Carlos Sepúlveda realizou dois torsos com o mesmo título, ficando ao cargo do júri escolher o melhor trabalho. É estranho, para um concurso, o candidato realizar duas obras para ser avaliado, ainda mais que ele não teve concorrentes. Quando pensamos em um concurso, esperamos que os candidatos se enfrentem para que o melhor trabalho seja escolhido.

Figura 28 - SEPÚLVEDA, Carlos. “Torso de São Sebastião”.



Fonte: (UM ESCULTOR... 1920, p. 1).

Tudo nos leva a crer que foi um grande acerto para a utilização dos recursos. Sabemos que a Escola pagou 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) ao irmão do artista Raphael Sepúlveda para servir de modelo-vivo, em outubro de 1920. O estranho é que não há registro no *Livro Caixa do Legado Caminhoá* do pagamento do prêmio a Carlos Sepúlveda. Dessa forma, Carlos Sepúlveda foi aprovado e se tornou o primeiro artista a ganhar o prêmio de viagem à Europa Legado Caminhoá. Sua formação se deu com o italiano Pasquale de Chirico (UM ESCULTOR... 1920, p. 1).

O *Livro de Termos de Obrigações* com a Ebab revela algumas informações contraditórias. Analisando as disciplinas cumpridas pelos alunos Carlos Sepúlveda e Manoel Ignácio de Mendonça Filho, ambos ganhadores do prêmio Caminhoá, percebemos que Mendonça Filho só concorreu depois de ter cumprido todas as disciplinas do curso; entretanto, Carlos Sepúlveda participou do concurso sem ter terminado o curso superior de escultura, conforme tabela abaixo (LIVRO DE TERMO... 1920, p. 7).

Tabela 2. Disciplinas da Ebab entre 1915 e 1921			
Carlos Sepúlveda. Aluno de escultura entre 1916 e 1921		Mendonça Filho. Aluno de pintura entre 1915 e 1921	
Ano	Curso básico	Ano	Curso básico
	Sem registro na EBAB	1915	Português, Desenho geométrico, Matemática elementar: aritmética e geométrica plana,
1916	Desenho de figura e ornatos Português Desenho geométrico	1916	Desenho de sólidos, ornatos e princípios de figura (segundo o gesso) Desenho geométrico, projeções (aplicação simples) História das belas artes e Mitologia

	Matemática elementar: aritmética e geométrica plana		Matemática elementar (álgebra e geometria no espaço)
Abril 1917	Desenho de sólidos, ornatos e princípios de figura (segundo o gesso), História das belas artes e Mitologia, Matemática elementar (álgebra e geometria no espaço)	1917	Desenho de estátuas (cópia de gesso), Esculturas de ornatos,
Maio 1918	Desenho figurado (segundo gesso)	Curso Superior Pintura	
	Princípio de modelo-vivo	Nov. 1918	Desenho de modelo vivo, Pintura, Anatomia e fisiologia artística, Desenho de modelo vivo.
Abril 1919	Curso Superior Escultura Desenho de modelo vivo, Anatomia e fisiologia artística	Nov. 1919	Pintura, Anatomia e fisiologia artística, Pintura.
Abril 1920	Desenho de modelo vivo, Escultura, Anatomia e fisiologia artística	Nov. 1921	Desenho de modelo vivo, Pintura
1921	Comissão considera-o mestre!	Já disputa o concurso Caminhoá.	

Depois da aprovação do escultor Carlos Sepúlveda, a Congregação passou a planejar automaticamente o segundo concurso, dessa vez de pintura. Em 30 de agosto de 1921, Oséas dos Santos sugeriu que fosse aberto concurso para Pintura porque as aulas de Arquitetura estavam suspensas (ATA... 1921, p. 125). A Congregação aprovou a sugestão e escolheu os seguintes temas: um nu (desenho), e um assunto histórico - Labatut perante o tribunal. Tavares (2000, p. 168-173) aponta alguns motivos que levaram Labatut a ser julgado: o confisco de escravos e o “incentivo” à contribuição voluntária dos senhores, com escravos para a guerra, além de prepotência e corrupção. Foi julgado em 1823 por diversos crimes, inclusive por prometer liberdade aos escravos que servissem no Exército Pacificador. Provavelmente esse tema histórico foi escolhido devido às discussões sobre o centenário da independência que se aproximava.

Acreditamos que a proposta de Oséas ocorreu depois que o aluno Mendonça Filho solicitou, através de ofício a Congregação, sua inscrição no concurso Caminhoá, alegando que o curso de Arquitetura “só existia nominalmente”, que a Escola poderia antecipar a sessão de Pintura e que “desde o início ocorreram modificações nas cláusulas testamentárias para resolver questões não previstas pelo doador”.

O concurso durou 45 dias e Mendonça Filho foi o único candidato, apresentando ao júri, composto pelos professores Eduardo Dotto, Oséas dos Santos e Pasquale De

Chirico (1873-1943), as telas *“Atitude de Labatut perante o tribunal”* e um *“nu artístico”* que utilizou o modelo Hugo B. Ferreira (LIVRO CAIXA... 1921, p. 2). A tela *“Atitude de Labatut”* foi escolhida pelo júri e ganhou o Prêmio Caminhoá. O nu artístico desenvolvido pelo candidato não foi encontrado nos registros da Escola.

A Congregação da Ebab tentou impor restrições para a utilização dos recursos, mas Mendonça Filho ameaçou entrar na Justiça caso a Escola cobrasse algo que não constasse do testamento de Francisco Caminhoá (MEMORIAL... 1922). A Escola queria impor as mesmas condições dos prêmios concedidos no início do Século XX; entretanto, Mendonça Filho insistia que o prêmio se traduzia em uma viagem à Europa, não a um pensionato, e que por ele ter sido aprovado em concurso tinha direito de “exigir e receber” da Escola, “sem condições outras”, a soma total daquele prêmio. O documento apresenta o seguinte comentário:

Se no testamento Caminhoá estivesse estabelecido cláusulas ou condições especiais que habilitassem a Escola regularizar ou estabelecer normas para o emboço desse prêmio, além da especificada, aprovação em concurso, poderia a Ebab regulamentar a maneira porque o premiado deveria emboçar o aludido prêmio. Mas o testamento Caminhoá não o fez [...].

Mendonça Filho dizia que caso a Escola alterasse o testamento, introduzindo modificações ou criando condições, recorreria à Justiça baiana. Segundo o documento, o valor do prêmio era de seis contos de réis, a serem pagos da seguinte forma: Parte desse valor, 1.896 réis, seria entregue ao pintor, aqui na Bahia, e o restante seria entregue na Itália. Em 16 de novembro de 1923, um ano depois da viagem de Mendonça Filho, a Congregação recebeu documentos enviados pelo o Cônsul brasileiro em Nápoles, “abonadores” do aluno premiado (ATA... 1923. p. 127). Nos arquivos da Ebab/UFBA, encontramos uma duplicata creditada a Filomeno Padula, a ser paga em Nápoles, no valor de 10.638,29 liras. Esse foi o valor transferido para a moeda italiana (Prêmio... 1922).

Em 2013, como dito anteriormente, defendemos a dissertação de mestrado intitulada *“Manoel Ignácio de Mendonça Filho e a pintura de marinha na Bahia”*, no PPGAV-Ebab/UFBA, em que revelamos informações sobre sua formação, prêmios e exposições na Bahia e em São Paulo.

Em primeiro lugar, devemos mencionar uma informação nova e importante para nosso trabalho, Mendonça Filho produziu, para seu concurso, duas academias (estudos de

nu), um desenho a carvão (sem tema registrado), duas cabeças e um torso, além da tela premiada sobre Labatut (BAHIA, 1921, p. 2). Onde foram parar as academias e os desenhos de cabeça?

Mendonça Filho tinha 28 anos quando chegou a Nápoles, no final de 1922. Filomeno Padula, Cônsul do Brasil, ficou responsável por controlar, em nome da Ebab, os valores do prêmio Caminhoá a serem pagos, em parcelas, ao pintor Mendonça Filho, permanecendo sob sua tutela o valor de 10.638,29 liras (DUPLICATA... 1922).

Em 7 de novembro de 1922, Mendonça Filho assinou um recibo no valor de 2.000 (duas mil liras), para suas despesas, segundo o certificado assinado por seu mestre Francesco De Nicola. Atestava que Mendonça Filho estava estudando em seu *atelier* com “*dilijensa, volanta e profitto*”. O certificado com firma reconhecida apresenta o seguinte endereço: *Via S. Libório 23*, Nápoles (PRÊMIO... 1922).

No dia 1 de dezembro de 1922, Mendonça recebeu, das mãos do cônsul, mais uma parcela no valor de duas mil liras, correspondente à pensão do mês. No mesmo mês, no dia 19, o consulado brasileiro em Nápoles enviou um ofício (nº 324) para a Escola, intitulado “Manoel Ignácio de Mendonça Filho - Prêmio Caminhoá”. Nesse ofício, o Cônsul acusa ter recebido correspondências do Diretor Eduardo Dotto e anuncia a chegada do baiano à Nápoles, nas condições exaradas no Diário Oficial (cópia enviada junto à carta), e também, um cheque (nº 60-93) do banco Inglês, em seu nome, para que esse entregasse mensalmente ao pensionista 1.500 liras, podendo elevar-se a 2.000 liras se as circunstâncias o obrigassem (OFÍCIO... 1922)

Relatava também que Mendonça Filho se apresentou, em 7 de novembro de 1922, portando um ofício do Diretor da Ebab, Eduardo Dotto, datado de 2 de outubro de 1922. Mendonça Filho, ao chegar em Nápoles, alegava que estava sem dinheiro para poder fazer face às despesas de pensão, tintas, cavaletes, modelos e de todos os demais “petrechos necessários para empreender os seus estudos de pintura”. Ana Mendonça Braga, filha do pintor, lembrou durante uma entrevista que foi um tio comerciante que o ajudou em seus primeiros anos.

O Professor Francesco De Nicola enviou para a Escola vários certificados, entre dezembro e março de 1923, atestando que o aluno estudava e evoluía rápido (CORRESPONDÊNCIA... 1923). Também enviou, em 31 de março de 1923, um

certificado ao novo Cônsul brasileiro, Vitany de Bilenglia, atestando que o pintor “estudava com ele, com grande proveito e amor”, e por fim, em 9 de abril de 1923, o Consulado do Brasil em Nápoles enviou o ofício (nº 216) ao Diretor da Ebab com o seguinte teor:

Anexo ao presente, tenho a honra de remeter a V. sa o recibo de 655,67 (seiscentos e cinquenta e cinco liras e sessenta e sete cêntimos) do senhor Manoel Ignácio de Mendonça Filho, ficando com este pagamento exaurida a importância do Prêmio Caminhoá ao qual fazia jus o mesmo Sr. Mendonça (CERTIFICADO, 1923).

Desconhecemos comentários de Mendonça Filho sobre o mestre italiano. Entretanto, suas pinturas, durante sua temporada de formação, registram, principalmente nos planos de fundo, uma construção plástica bem característica da fatura do mestre De Nicola, com pinceladas rápidas e carregadas de tintas. No entanto, em várias entrevistas, Mendonça Filho afirmava que seus verdadeiros mestres estavam nos museus e exposições que visitou por várias regiões da Itália.

Valentim Calderón (1974, p. 1) afirmou que Mendonça Filho chegou a Nápoles quando imperava o “luminismo ou fortunismo” introduzido por Domenico Morelli (1826-1901), seguidor de Mariano Fortuny (1838-1874). Esse luminismo encontrou sua maior expressão, na Itália, em Antônio Mancini (1852-1930), chefe da Escola luminista napolitana. Nada revela sobre De Nicola.

Figura 29 - NICOLA, Francesco De. *“Depois do banho”*. Técnica mista sobre cartão, 56 x 85,5 cm.



Fonte: Francescodenicola.blogspot.

Para nós, a influência de Francesco De Nicola no trabalho do pintor baiano é incontestável, principalmente nos retratos e nus desenvolvidos pelo artista. Na obra *“Nu de Concertina”*, apresentada na exposição comemorativa de Mendonça Filho, em 1995, reconhecemos a mesma modelo pintada pelo mestre.

Figura 30 – De Nicola, Francesco. “Nu e natureza morta”. Óleo sobre tela, 92 x 125 cm.



Fonte: Francescodenicola.blogspot.

Figura 31 – FILHO, Mendonça. *Torso Nu Concertina*, 1923. Óleo sobre papelão, 0,70 x 0,45 cm,



Fonte: Catálogo FMCCP, 1995, p.06.

Essa obra criou alvoroço na primeira exposição de Mendonça Filho, em 1932. A obra é bem contida, quando comparada ao sensualismo das obras de Francesco De Nicola. É uma das pinturas mais bonitas de Mendonça Filho, mas quase não foi comentada, por permanecer em acervo particular, fechado até o final do Século XX. A família do artista ainda guarda algumas obras desse período.

Sem alunos de Arquitetura e de Escultura, a escola só realizou o terceiro concurso em 1925, mais uma vez na sessão de Pintura. O candidato, dessa vez, era Lourenço Conceição, um ex-aluno que retornou à instituição, provavelmente, em 1923. A falta de documentos não permite saber a data precisa de seu retorno.

Lourenço Conceição era negro e participava ativamente de questões sociais. Foi Diretor da Liga Operária da Bahia (agremiação por instrução gratuita), tendo como Secretários Francisco da Conceição Meneses e Elyezer Lemos (LIGA...1913, p. 2). Ele ensinava desenho na sede da instituição, na ladeira de Santa Tereza, e trabalhou por muito tempo como fotógrafo do Gabinete de Identificação e Estatística, que depois seria chamado de Instituto Pedro Mello. O *Almanak Laemmert* indica sua presença no Instituto entre os anos 1911 e 1926.

Lourenço Conceição pediu autorização à Congregação para participação no Concurso Caminhoá, sendo considerado apto para realizar as provas (ATA... 1923, p. 126). No dia 8 de maio de 1924, a Congregação escolheu o tema histórico “Proclamação da Lei marcial – Estado de sítio na Bahia”. Comentaremos sobre a obra nas análises.

O modelo contratado para a prova foi o senhor Luiz Salles, embora a senhorita Anna Mello também tenha assinado um recibo, em agosto do mesmo ano, no valor de 16\$000 para servir de modelo no Concurso Caminhoá (LIVRO CAIXA... 1924, p. 5). Não sabemos o porquê dos dois modelos, haja vista que no dia 11 de outubro de 1924 Oséas dos Santos apresentou à Congregação o resultado do concurso, deixando bem claro que Lourenço Conceição foi o único candidato (ATA... 1924, p. 128). O pintor Lourenço Conceição só recebeu os valores do prêmio em junho de 1925, segundo os arquivos do Legado. De sua viagem só encontramos comentários de um relatório lido por Eduardo Dotto, no dia 14 de maio de 1926 (ATA... 1926, p. 133).

Lourenço registrou que só permaneceu dois meses na Espanha, no atelier do mestre D. Vicente de Barrás Abelha, Professor de colorido e composição da Escola de Belas Artes de Barcelona, com reconhecida competência e com prêmio no Salão de Paris, Madrid e Barcelona. Um ofício, emitido pelo Diretor Eduardo Dotto, em 12 de maio de 1926, indica que o Vice-Cônsul brasileiro, Carlos Mirando Lobo, acompanhou o pintor durante sua permanência em Barcelona (OFÍCIO... 1926. Infelizmente, não há nenhum relato do artista, além do que ficou registrado nas Atas de Congregação da Escola.

Sua curta temporada na Espanha pode estar associada ao valor do prêmio de viagem, que não permitia estender a temporada de estudos. Lembramos que, anos antes, o pintor Mendonça Filho só conseguiu estudar poucos meses em Nápoles, tendo que sobreviver, na Itália, às suas próprias custas, vendendo trabalhos e servindo de guia turístico para brasileiros que aportavam na cidade. Não podemos desconsiderar os possíveis conflitos raciais. Talvez, por ser negro, Lourenço Conceição tenha tido dificuldade em trabalhar na Espanha e se manter sem os valores depositados pela Escola. Ao retornar a Salvador, Lourenço Conceição seguiu em excursão por estados nordestinos, apresentando diversos trabalhos, chegando a realizar uma exposição em Pernambuco (NOTÍCIAS... 1925, p. 1).

Seu prêmio de viagem, apesar de não favorecer uma formação completa na Europa, contribuiu para sua contratação, como docente, na Escola. Segundo o Termo de empossamento de professores da Ebab, Lourenço Conceição foi nomeado, no dia 14 de maio de 1926, como Professor Auxiliar de Desenho à mão livre - cópia de sólidos (segundo gesso), da 1ª série do curso geral (TERMO... 1926, p. 3). Oséas Santos

(1946, p. 12) em seu “Ligeiro histórico da EBAB” afirmou que Lourenço Conceição entrou na Escola na vaga de Maria Constança.

Constatem que o curso de arquitetura só existia no papel, e entre 1919 e 1926 não conseguiu formar nenhum aluno para concorrer ao prêmio de viagem. As informações dos concursos eram sempre discutidas em jornais de grande circulação.

3.2 O LEGADO EM EVIDÊNCIA

Com poucos alunos, a Escola não conseguia realizar os concursos anualmente, conforme determinações do testamento de Francisco Caminhoá. Os juros acumulavam nas cadernetas da Escola, permitindo que a Congregação utilizasse os recursos para adquirir materiais que auxiliassem o ensino, além de obras para sua pinacoteca. Lembramos que a Escola não estava recebendo as subvenções desde a primeira década do século XX e, conforme determinações do testamento, nos casos de não haverem candidatos, os recursos poderiam ser utilizados para a compra de materiais para os cursos.

O *Livro Caixa do Legado Caminhoá* permite entender como foram utilizados os recursos durante a década de 1920. Entre novembro de 1922 e agosto de 1923, a Escola acumulou 152:680\$000 (LIVRO CAIXA... 1923, p. 3). Nesse período, a Ebab passou por um susto, quando uma sobrinha de Francisco Caminhoá entrou na Justiça contestando o Legado, tentando anular o testamento. Felizmente, todos os estados beneficiados, assim como o governo francês, defenderam o testamento judicialmente, validando-o (CONTESTANDO... 1922, p. 1).

Conforme comentamos, os jornais locais estavam atentos a toda repercussão sobre o Legado Caminhoá e isso chamou a atenção de instituições e ex-alunos, como Olavo Baptista e Lourenço Conceição. Já comentamos que o pintor Olavo Baptista, depois que retornou ao Brasil, não permaneceu na Bahia, se estabelecendo, alguns anos, em Alagoas e, depois, seguindo para Itabuna, onde desenvolveu alguns trabalhos decorativos.

Adriana Andrade Breust (2003, p. 149, apud RIBEIRO, 2008, p. 113) comentou sobre a construção do Palacete do Coronel Firmino Alves, figura importante no sul da Bahia.

Sua casa, construída entre 1920 e 1924, foi finamente decorada com afrescos pintados por Olavo Baptista. Infelizmente, segundo a pesquisadora, o palacete foi destruído pela especulação imobiliária naquela cidade.

A entrada de Olavo Baptista na Ebab ocorreu depois de uma proposta de Oséas Santos. Sua intenção era que o ex-aluno premiado assumisse a cadeira do curso superior de pintura, deixada por Vieira de Campos (ATA... 1925, p. 130). A Congregação aprovou sua contratação como Professor Interino, em 17 de agosto de 1925; permaneceu até 1927, quando foi efetivado (ATA... 1927, p. 146). O pintor Olavo Baptista já era funcionário da Delegacia do 8º Distrito de Terras e Minas, conforme notas expedidas pelo governo (ESTADO... 1917, p. 2331).

A Escola ainda não tinha suas subvenções regularizadas e dependia dos recursos do Legado Caminhoá, que acabavam cobrindo gastos que inicialmente não eram previstos no testamento. Observamos que, no livro de registros contábeis do Legado, constam pagamentos de transportes, modelos, materiais para a realização das provas e isso tudo diminuía os seis contos de réis previstos no testamento.

Segundo o demonstrativo da aplicação dos recursos do Legado Caminhoá, publicado no jornal *A Tarde*, em 29 de julho de 1926, a Escola adquiriu, em 1924, dois quadros de Lucílio de Albuquerque, por 3:000\$000; um quadro do pintor Antônio de S. Freire (intitulado *Cabeça de velho Poggio*), por 500\$000; e mais um trabalho do Professor Oséas Santos, por 2:000\$000 (ESCOLA... 1926, p. 4). Há um recibo, assinado por Oséas, no valor de 2:000\$000, com data de 31 de dezembro de 1924 (RECIBO, 1924). A obra desapareceu da Ebab e nenhuma reprodução fotográfica permaneceu. O trabalho de Antônio Freire foi ofertado por Eduardo Dotto, em 24 de dezembro de 1924, para auxiliar o artista que estava com “moléstia grave”. Já a obra “*Saída do viatrio*” de autoria de Oséas, foi ofertada por alguns alunos que acreditavam que aquela obra poderia servir como modelo de estudo para a Escola.

Se já não bastassem os vários problemas com os quais a Escola tinha que lidar, a verba do Caminhoá passou a gerar discussões na instituição. Em reunião da Congregação (ATA... 1926, p. 132), Oséas propôs que os juros do Legado Caminhoá fossem utilizados para ampliar o prêmio dos alunos. Braz do Amaral apresentou uma emenda, propondo que os juros ficassem com a Escola e o produto desses “juros de

juros” fosse convertido em apólices da dívida pública e que o Diretor auxiliasse aqueles alunos premiados que não tinham recursos e não conseguissem outros auxílios do Estado ou particulares. Nos demais casos, valeriam as cláusulas do regulamento elaborado pela Escola Nacional e aprovado pelo Ministro do Interior.

Em 1926, Joana Lopes Rodrigues, viúva de Manoel Lopes Rodrigues, publicou um pequeno texto criticando a Escola por não querer adquirir o quadro *“Retrato de artista”*. A viúva afirmava que a Escola possuía algumas obras de seu falecido esposo, mas nenhuma com a dimensão artística do quadro oferecido. Ela citava os retratos de Rodrigues Lima e de João Francisco Lopes Rodrigues, além de algumas cópias: *“Pastora”*, *“Estudo de Cabeça”* e *“Uma família infeliz”*.

Os conflitos em torno dos recursos do Legado Caminhoá chamaram a atenção para a Escola, fazendo com que ela voltasse ao centro das discussões sobre seu papel social na Bahia. A movimentação atraiu o interesse de ex-alunos e de outras instituições, como a Politécnica, de onde saíram os professores que entraram na Ebab na década de 1920. Se o Legado criou uma nova perspectiva de crescimento, também gerou conflitos desde o início.

3.3 CONTENDA ENTRE PINTORES E ENGENHEIROS NA ESCOLA DE BELAS ARTES

José Nivaldo Allionni é um personagem importante dentro da Ebab. Esteve ligado às reformas urbanas de Salvador na década de 1930 e 1940. Antes de entrar na Escola, o engenheiro era Vice-Diretor da Escola Politécnica da Bahia, onde ministrava uma disciplina de Arquitetura para o quinto ano (ATA... 1928, p. 161). Segundo Oséas Alves dos Santos (1966, p. 145), sua nomeação na Ebab ocorreu depois de um suposto pedido de seu pai, um dos fundadores da Ebab.

Figura 32 - Fotografia de *José Nivaldo Allionni*.



Fonte: Aheba/UFBA.

Em uma carta, de 26 de fevereiro de 1926, o engenheiro José Frederico Allionni, pediu exoneração do cargo, por motivos de saúde, e indicou seu filho, que já vinha desenvolvendo vários projetos de engenharia na Bahia. A Congregação aceitou a substituição (ATA... 1927, p. 155).

Isaura dos Santos, filha do pintor Oséas Santos, completando as memórias de seu pai para o IGHSE, registrou que José Nivaldo Allionni prometera à Escola, através de suas ligações políticas, o retorno das subvenções. Ele era muito influente junto ao governo (ALVES DOS SANTOS, 1966, p. 145).

Logo depois da contratação de José Nivaldo Allionni (1927), outros professores da Escola Politécnica foram contratados pela Ebab como professores efetivos ou interinos, a fim de melhorar o curso de Arquitetura. Américo Simas (1928), Leopoldo Amaral (1927), Licínio de Almeida (1928) e Frederico Saraiva (1928) foram alguns dos professores contratados.

O próprio José Nivaldo Allionni começou a lecionar sem receber salário, só recebendo a primeira gratificação em dezembro de 1927 (FOLHA... 1927, p. 75). Pouco a pouco, vários engenheiros assumiram disciplinas de Arquitetura, curso até então desprestigiado no cenário baiano. Também passaram a integrar cadeiras na Congregação.

Nada mais oportuno, portanto, do que o aproveitamento do núcleo já existente na Bahia, de modo a transformá-lo n'uma espécie de Escola Regional de Bellas Artes cujos programas de ensino seriam moldados nos da Escola Nacional.

Os prêmios de viagem Legados à Escola de Bellas Artes da Bahia pelo Engenheiro Caminhoá constituem um eficiente incentivo ao desenvolvimento

dos seus cursos de arte e seria lastimável que a inexistência do curso de Arquitetura continuasse a motivar a inutilidade do generoso donativo do ilustre patricio que tão criteriosamente quis, que ele mais prezava, e cuja precária situação tanto o afligia. (BAHIANA, 1926, p. 100)

Essa narrativa dos professores engenheiros na Escola estava ligada a uma discussão mais ampla. As transformações urbanas na cidade de Salvador evidenciaram a necessidade de formação de arquitetos. Para Rinaldo Leite (1996, p. 52, apud KALMAN, 2003, p. 42), “Salvador vivenciou, nos quarenta anos da primeira República, seguidos impulsos de transformação urbana [...]”.

Em uma época que a profissão do arquiteto ainda não era regulamentada na Bahia, a força política da engenharia, aliada à necessidade de mão de obra especializada pelo governo baiano, pode ter influenciado a Congregação da Ebab e aberto os portões da Escola para tantos engenheiros ao mesmo tempo. Sabemos que muitos cargos políticos foram ocupados por antigos alunos da Escola Politécnica, durante a década de 1920. Devemos lembrar que Octávio Mangabeira, engenheiro formado na Bahia, ocupou um Ministério, em 1926, e mantinha laços de amizade com vários engenheiros que entraram na Ebab. Naquele ano, Octávio Mangabeira foi homenageado, com um jantar no Palácio da Aclamação, a convite do Governador Góes Calmon. Todos os professores da Escola Politécnica estavam presentes, sendo orador o engenheiro Licínio de Almeida, que também passou a integrar o quadro de professores da Ebab (AS HOMENAGENS... 1926, p. 1).

Milton Santos (2008, p. 109) revela, em sua tese da década de 1950, que a chegada do automóvel, em 1901, e do bonde elétrico, em 1904, exigiu uma adaptação da velha estrutura urbana da cidade do Salvador às novas necessidades. Toda a transformação urbana da cidade do Salvador se deu no início do Século XX, a partir do desenvolvimento do porto e criação de novas áreas soterradas, que geraram muita especulação imobiliária.

Havia uma necessidade da mão de obra especializada na engenharia e também de profissionais de Arquitetura. No Brasil, a década de 1920 foi muito importante para os cursos de arquitetura, pois ocorreram grandes discussões sobre seu ensino e sua promoção. Conforme mostramos, o curso de Arquitetura baiano, em 1920, só existia no papel, não tendo registro de nenhum arquiteto formado pela Escola até esse período. Isso se deve, principalmente, pelo não reconhecimento do curso pelo Estado

e também pela tendência da burguesia baiana em direcionar seus filhos para os cursos de Direito, Medicina e Engenharia, cursos mais valorizados no pensamento da época.

No Rio de Janeiro, Gastão da Cunha Bahiana, durante o primeiro congresso regional do Nordeste, lembrava a evolução do curso de Arquitetura. Destacava a responsabilidade da Enba dentro do projeto para o progresso artístico do país e considerava Henrique Paulo Baiana o único arquiteto “capaz por seu preparo integral” para direcionar o curso da Enba. Infelizmente, o Professor Henrique Bahiana faleceu sem realizar o projeto. Somente em 1915, através do esforço de um grupo reduzido de professores da Escola Nacional, surgiu um decreto definindo um “plano racional de estudos”(BAHIANA,1923, p. 98).

Em seu programa de ação, algumas informações muito importantes para a tese. Consta a introdução, na escola primária e secundária, do ensino das “Artes do desenho técnico e artístico”, que fosse ministrado em cursos especiais, preferencialmente dirigidos por arquitetos; que fossem promovidas escolas regionais de Arquitetura, “com elevada orientação ao mesmo tempo artística e técnica”; e, por fim, que as escolas de Arquitetura fossem classificadas legalmente “em pé de igualdade com as escolas de engenharia”. Percebemos que o discurso legitima muitos dos atos introduzidos pelos engenheiros baianos ao assumirem a Escola.

O texto ainda indica que se deveria promover uma lei federal que regulamentasse o exercício da profissão do arquiteto, com o intuito de “evitar a intromissão de elementos destituídos do indispensável preparo artístico e técnico” e de que esses profissionais fossem diplomados.

A entrada dos engenheiros na Escola baiana, em meados da década de 1920, fazia parte de desse plano para suprir essa necessidade. Devido ao desprestígio da Escola, o curso só começou a se reerguer na década de 1930, ganhando mais evidência na década de 1940.

A Escola Politécnica da Bahia realizou vários concursos, em 1926, para professores, inclusive para disciplinas de arquitetura. A Ata de Congregação de 26 de julho de 1926 lista os pontos para as diferentes cadeiras, o que pode sugerir que haviam muitas discussões sobre o curso de Arquitetura.

Para nós, além das provocações de Gastão Bahiana, citadas acima, devemos pensar que os recursos do Legado Caminhoá e a possibilidade de utilizá-los para ampliar o curso de Arquitetura, iniciado por seu pai ainda no Século XIX, foram os motivos que levaram José Nivaldo Allionni a ingressar na Ebab. Em outros congressos, Jose Nivaldo Allionni passou a ser convidado como Diretor da Escola, como no Congresso Panamericano de Arquitetos, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1930 (O DELEGADO...1930, p. 2).

Para Milton Santos (2008 p. 109), a expansão urbana no bairro do Comércio, a partir do desenvolvimento do porto de Salvador, foi uma necessidade da cultura do cacau e de sua comercialização. Para o autor, a década de 1940 corresponde ao maior período de desenvolvimento do bairro do Comércio: “Reconstrói-se por toda parte”. O autor também revela que, antes de 1940, a rua Chile só abrigava um imóvel com oito andares e que na Rua Carlos Gomes, depois de 1940, “altos edifícios surgiram” (MILTON SANTOS, 1958, p. 113).

O escritório que José Nivaldo Allionni dividia com Frederico Saraiva, ocupava um prédio da Rua Chile. Ambos eram parentes e sócios naquele empreendimento amplamente comentado em jornais. Eles foram responsáveis pelo projeto e construção do bairro de Amaralina (PARA A... 1927, p. 2).

Figura 33 - Nota de jornal da empresa Saraiva e Allioni.



Fonte: (ESCRITÓRICO... 1928, p.3)

Conforme comentamos, a Escola era muito criticada pela falta de candidatos concorrendo ao prêmio Caminhoá, principalmente nos anos destinados à Arquitetura. A instituição acabava utilizando os recursos na compra de materiais e obras de arte para sua pinacoteca. Em julho de 1926, a Escola pagou ao pintor Angelo Guido a

importância de 800\$000, por dois quadros: “*Barco ao sol*” e “*Vida Interna*”, números 36 e 38 do catálogo de sua exposição na Rua Chile. Entre janeiro e abril de 1926, a Escola recebeu, da Delegacia Fiscal, mais 6:000\$000 dos valores dos juros das apólices relativos ao primeiro semestre daquele ano, totalizando 160:880\$000. A Congregação passou a adquirir materiais para o curso de Arquitetura (LIVRO CAIXA... 1926, p. 8).

Em julho de 1927, a Escola pagou a José Barreiro e Cia, a importância de 892\$500 e em agosto à Casa Mozart a importância de 1:176\$000, relativos à compra de materiais para curso de Arquitetura, deixando um saldo de 158:811\$500 para a Escola. Lembramos que o valor destinado à viagem de aperfeiçoamento anual era de 6:000\$000 (seis contos de réis), ou seja, a Escola, naquele momento, possuía em sua caderneta o valor equivalente a 26 prêmios de viagem à Europa, conforme disposições do legado de Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá. Mesmo assim, só tinha realizado os concursos que aprovaram Carlos Sepúlveda, Mendonça Filho e Lourenço Conceição. Um escultor, dois pintores e nenhum arquiteto.

As aquisições de materiais continuavam. Em setembro de 1927, a Escola pagou, ao Sr. Walfrido Froés, a importância de 138\$000, referente à aquisição de seis cavaletes e uma prancheta para o curso de Escultura, deixando um saldo de 158:811\$500. Outro pagamento à casa Mozart, da importância de 55\$000, referentes à compra de novos materiais para o curso de Arquitetura, deixando o saldo de 158:618\$500, e, por fim, em outubro 1927, o pagamento da importância de 40\$000, a Argeu Costa e Cia, o que deixou a Escola com o saldo de 158:578\$500 (LIVRO CAIXA... 1927, p. 9).

Novos depósitos foram liberados pela Delegacia Fiscal, no valor de 6:000\$000, referentes aos meses de outubro e novembro de 1927. A Escola, mais uma vez, adquiriu novos cavaletes para o curso de escultura, no valor de 300\$000, pagos a Walfrido de Araújo Froes, deixando um saldo de 161:278\$500. Também regularizou a contratação de modelos-vivos para as aulas de Pintura e Escultura (LIVRO CAIXA... 1927, p. 10).

Com recursos em caixa, a Congregação resolveu homenagear seus beneméritos, Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, com um busto em bronze, e o fundador Miguel Navarro y Cañizares, com um retrato (ATA... 1926, p. 93). Tudo parecia bem

com a instituição e todas as discussões sobre o legado indicavam que a Ebab poderia, enfim, decolar, o que poderia garantir renda para aqueles artistas que tanto lutaram por suas sobrevivências.

A morte do Diretor Eduardo Dotto pegou todos de surpresa. Foi o Diretor com mais tempo à frente dessa instituição, permanecendo na diretoria da Ebab por 27 anos.¹ Parte dos professores a sugestão de que Oséas Santos, o Vice-Diretor deveria assumir a vaga deixada, até que fossem realizadas novas eleições. Contudo, ele estava fora de Salvador.

A Congregação se reuniu, extraordinariamente, no dia 12 de janeiro de 1928 para deliberar sobre o destino do cargo, evidenciando a necessidade urgente de eleger um novo Diretor. Agrippiniano de Barros, um dos antigos professores, sugeriu que fosse escolhido um Diretor Interino até o retorno do Oséas, que por direito assumiria o cargo. Entretanto, Braz do Amaral respondeu que Oséas não tinha intenção de assumir a direção e que ele “continuará a prestar à Instituição os serviços relevantes que vinha prestando” (ATA... 1928, p. 157). A Congregação fez a eleição e o resultado elegeu, com sete votos contra um, o engenheiro José Nivaldo Allionni. Vale destacar que o único voto contrário foi de Agrippiniano de Barros.

Como Diretor, José Nivaldo Allionni apresentou à Congregação os nomes de Américo Simas (cadeira de Topografia), Frederico Saraiva (Economia política, Administração e Legislação das construções), Licínio de Almeida (Arqueologia) e Alberico Fraga, além de Presciliano Silva (Desenho de modelo-vivo, Pintura de modelo-vivo, Academia, pintura de torço (modelo-vivo) tamanho natural, Pintura de retratos (modelo-vivo) e Composição. A disciplina Uso e Costumes passou a ser lecionada por Antônio Olavo Batista (ATA... 1928, p. 160).

Na mesma época, o senador baiano Epitácio Pessoa, em viagem na Itália, visitou os ateliês de Mendonça Filho e do escultor Pasquale De Chirico, ambos em Nápoles, onde pôde contemplar o grandioso monumento do Visconde de Cairú, destinado à Bahia. Isso pode sugerir que a Congregação da Escola também mantinha contato com

¹ Apesar disso, pouco ficou preservado de sua biografia. Não há nenhuma fotografia dentro do Arquivo histórico da EBAB.

Mendonça Filho, dois anos antes dele retornar à Bahia e assumir uma das cadeiras da instituição (VISITANDO... 1928, p. 2).

Lembramos que o engenheiro José Nivaldo Allionni mantinha muitos contatos políticos. Epitácio Pessoa, Miguel Calmon e Octávio Mangabeira atuavam juntos como presidentes de honra do Clube de Engenharia da Bahia, fundado em 1927 (CLUBE... 1927, p. 8). Não podemos negar que a entrada de Allionni movimentou a Ebab, chegando a buscar em outros estados brasileiros programas que melhor servissem aos interesses “dos baianos”. Dessa busca, apresentou à Congregação da Ebab uma cópia do programa da Escola Mackenzie para ser analisado e utilizado na equiparação do ensino da Ebab com a Enba (ATA... 1928, p. 167).

As aquisições com os recursos de Legado Caminhoá continuavam. Em 1928, fez compras para o *atelier* de escultura e arquitetura, no valor de 2:965\$000, deixando de juros 158:313\$500. Entre junho e julho, recebeu, da Delegacia Fiscal, a importância de 3:000\$000 de cada mês, deixando um saldo para a Escola de 164:313\$500. Em setembro, voltou a comprar materiais para o curso de Arquitetura, no valor de 2:500\$000, deixando em caixa 161:813\$500 (LIVRO CAIXA... 1929, p. 7 a 10).

No mesmo ano, a Escola adquiriu, com recursos do Caminhoá, a tela “Inferno verde” de autoria de Antonio Parreiras. O famoso pintor realizou uma exposição no Palácio Rio Branco, com 46 telas de grande mérito plástico. A proposta de comprar a obra para figurar na pinacoteca da Escola foi do Professor Oséas Santos. Em 20 de novembro de 1928, a Congregação da Ebab autorizou a compra, no valor de 6\$000 réis (ATA... 1928, p. 168). A obra atualmente está com o verniz oxidado e escurecido.

Figura 34 - PARREIRAS, Antonio. “*Inferno verde*”, 1922. Óleo sobre tela, 1,30 x 1,24 cm.



Fonte: Acervo da Ebab/UFBA.
Foto: Telma Cristina Fath, 2017.

Todas as aquisições e melhorias nos cursos promovidas pelos engenheiros, além de suas ligações políticas, favoreceram o diálogo com o governo para o retorno das subvenções. A Ebab termina a década de 1920 com seus cursos reconhecidos, através da Lei Estadual nº 2.216 de 15 de agosto de 1929, inclusive o de Arquitetura, dando aos arquitetos o direito de projetarem (MENDONÇA FILHO, 1955, p. 14).

Ao observar todas as aquisições e gastos extras, registrados no *Livro Caixa do Legado*, elas demonstram que as regras instituídas por Francisco Caminhoá não foram seguidas. Foram alteradas as ordens de prêmios; candidatos vendiam as provas (obras) do concurso que já eram, por direito, da Escola; candidatos aprovados não viajavam à Europa como recomendado, passando a usufruir dos valores. Isabel Mascelane vasculhou o acervo documental da Escola, revelando muitas informações em sua palestra durante as comemorações dos 130 anos da Ebab.² Infelizmente a pesquisadora abandonou sua pesquisa.

3.3.1 O afastamento dos antigos professores

Em 20 de setembro de 1930, o Professor Oséas Santos e mais quatro professores solicitaram à Congregação, através de um ofício, explicações sobre divergência nas contas da Escola (ATA... 1930, p. 1). A ata não revela quais foram os professores que assinaram o ofício junto com Oséas.

No dia 20 de setembro de 1930, a tão esperada reunião de Congregação aconteceu, sob a presidência de José Allionni, vice-presidência de Oséas Santos e como primeiro Secretário o pintor Olavo Baptista. O Secretário leu um ofício que provocou uma forte discussão, fazendo com que o mesmo abandonasse a reunião. O Diretor, José Allionni, solicitou a Oscar Silva Lima que ocupasse o cargo de Secretário *ad hoc*, passando esse a registrar a reunião. Não sabemos o teor do ofício lido por Olavo Baptista, pois nenhum documento oficial da Escola apresenta o conteúdo. Dessa reunião, ficou registrado a versão do diretor. Vale ressaltar que as novas notas

² Técnica administrativa da Ebab/UFBA que dedicou muito tempo e esforço para entender os documentos ligados ao Legado Caminhoá.

registradas por Oscar Silva Lima foram recusadas por Oséas Santos, Antonio Olavo Baptista e Lourenço Conceição durante a aprovação da ata.

Oséas e o grupo de professores que assinaram o ofício, perguntavam quanto ainda restava nos bancos dos 41 contos de réis, depositados pela gestão de Eduardo Dotto; qual a aplicação dos juros das apólices federais relativas aos anos que compreendiam do segundo semestre de 1927 até o último semestre de 1930, que totalizavam 18:000\$000; e em que estabelecimento foram depositados (INEDITORIAES, 1931, p. 3).

Também acusavam a gestão Allionni de burlar as resoluções da Congregação, para movimentar as cadernetas da Escola sem a assinatura do primeiro Secretário, que na ocasião era Antônio Olavo Baptista. Oséas Santos assinou o texto com outras acusações em 8 de junho de 1931.

Com o conflito, os professores Oséas Santos, Agrippiniano de Barros, Antonio Olavo Baptista e Maria Porcina Caçador Dotto, secretária responsável por movimentar os valores do Legado Caminhoá da Escola, representados pelo advogado Antônio Dias, entraram com uma queixa crime contra o Diretor José Nivaldo Allionni e o Secretário Oscar Silva Lima. O processo está preservado no Arquivo Público do Estado da Bahia (PROCESSO, 1931, p. 61).

Agrippiniano de Barros (1930, p. 2) revela os abusos ocorridos na Ebab, como a má vontade do dirigente em convocar reuniões mesmo com a insistência dos professores. Comenta sobre uma reunião da Congregação, que chamou de “vergonhosa desordem verbal”, registrando que foi uma violência contra os professores de Belas Artes, cujo Diretor chamava de minoria.

Agrippiniano de Barros ainda revela que a reunião, que aconteceu no segundo andar do Solar Jonathas Abbott, chegou a reunir público na Rua 28 de Setembro pela anormalidade que imperava. O grupo de engenheiros era maior e a “minoría” foi suplantada. Havia uma questão que contrariava os interesses da arte, uma “proposta de eliminação de artistas a pretexto de disponibilidade de cadeiras”. Era uma primeira tentativa de ampliar o quadro de professores do curso de Arquitetura. Cita também que os professores deixaram a reunião da Congregação depois de o Diretor tentar aprovar uma ata que excluía os fatos anotados pelo Secretário Olavo Baptista.

Em outro ofício, Oséas Santos se refere a José Allioni como “germanophilo”, ou seja, admirador da cultura alemã, e contradiz as acusações do Diretor contra os antigos professores, acusados por “falta de cortesia” (PROCESSO, 1931, p. 58).

Em retaliação, a Congregação, formada quase em sua totalidade por novos professores engenheiros, além de Presciliano Silva e Carlos Sepúlveda, recém contratados pela Escola, resolveu suspender os dissidentes (ATA... 1942, p. 3). Também acusou os professores Oséas Alves dos Santos, Antônio Olavo Baptista e Lourenço Conceição de terem publicado e insinuado a publicação de notas na imprensa contra a Congregação, aconselhando alguns alunos a não pagarem as taxas de matrículas. Etelvina Rosa Soares também se negou a assinar uma procuração, indicada pelo novo tesoureiro, para levantar depósitos do Legado Caminhoá, que estavam sem render juros.

A permanência dos antigos professores na Escola estava em jogo, o que os levou a incluir na queixa inicial um pedido de manutenção de seus cargos. Albérico Fraga, um advogado renomado que já vinha prestando serviços ao grupo de engenheiros, assumiu a defesa da Congregação e evitou qualquer medida da Justiça a favor dos acusadores, afirmando que eles não seriam demitidos. Alegou que se o mandado de manutenção fosse aceito pelo juiz, colocaria em risco a ordem e a disciplina na Escola, fazendo com que o juiz responsável anulasse o pedido dos antigos professores. O documento foi assinado em 25 de abril de 1931 (PROCESSO, 1931, p. 45).

Albérico Fraga chegou a alegar que “os mesmos não exibiram nenhuma prova que eram professores da escola” e que a decisão não foi do Diretor e do Secretário e sim da Congregação, o órgão responsável por tomar as decisões baseadas no Art. 81 do Regimento da Escola Nacional. O advogado tenta colocar em dúvida se aqueles professores faziam parte da Escola, alguns com mais de 35 anos de função na instituição. É evidente que provas não faltaram.

Ao mesmo tempo, a Congregação destituiu o escultor Pasquale de Chirico de sua cadeira, aproveitando que o Professor estava na Itália, preparando a fundição do monumento dedicado ao Visconde de Cairú. Sua vaga foi transferida para o ex-aluno Carlos Sepúlveda, escultor recém-contratado pela gestão Allionni. Ao retornar da

Itália, Pasquale ficou sabendo que não possuía mais uma vaga na Congregação. Foi o último ato para eliminar mais um dos antigos professores.

A Ata de Congregação do dia 25 de fevereiro de 1931, criada por Oscar Silva Lima, excluiu todas as questões levantadas por Oséas Santos, Olavo Baptista e Lourenço Conceição, além de oficializar a substituição de Pasquale de Chirico.

O ofício que suspendeu os antigos professores de suas atividades pelos motivos expostos anteriormente (PROCESSO, p. 7 e 8) também designava dois novos professores para substituir Oséas Santos e Lourenço Conceição. Notem que mesmo afirmando que os professores não corriam risco, a Congregação contratou novos professores para substituí-los, o que prova que não pretendia revogar as suspensões, e sim afastar definitivamente os opositores.

Os professores substitutos foram Alberto Valença (para primeira série do curso geral) e Mendonça Filho (na 3ª série do curso geral). A cadeira do Professor Antonio Olavo Batista ficou a cargo do Professor Presciliano Silva, contratado em 1928. Naquele período, Oséas Santos ministrava aulas para a terceira série do curso geral (gesso, fragmento, figura humana até academia) e Olavo Baptista era responsável pela cadeira do curso especial de Pintura (2ª e 3ª séries) com um programa que abordava modelo-vivo, pintura de torso de tamanho natural, estudos de composição diversas, pintura de retratos, estudo de usos e costumes e, por fim, estudos de expressão (PROGRAMA... 1931).

Oséas chegou a contestar a suspensão afirmando que o Art. 15 dos estatutos da Escola era vago e não previa suspensão, tratando mais da regulamentação dos alunos, e que, ao invés de o Diretor arcar com suas responsabilidades, já estava contratando novos professores para os cargos daqueles suspensos (PROCESSO, 1931, p. 35). É importante perceber que, depois desse fato, a Escola passa a declarar que os professores foram afastados por “extinção de suas cadeiras a partir da reforma do ensino”.

A Congregação era composta pelos professores José Nivaldo Allionni (Diretor) Oscar Silva Lima (Secretário), Licínio de Almeida, Américo Simas, Frederico Saraiva, Alberico Fraga, Francisco da Conceição Menezes, Octávio Torres, o pintor Presciliano Silva e o escultor Carlos Sepúlveda (Tesoureiro), ou seja, a maioria dos professores

eram da Escola Politécnica. A Congregação aproveitou uma Lei que permitia que os professores com mais de 35 anos de serviços se aposentassem, cabendo à Congregação definir a disponibilidade para aposentadoria. Dessa forma o problema foi resolvido.

O processo se arrastou, fazendo com que o advogado dos acusadores se afastasse do caso. A Justiça considerou que a decisão administrativa da Congregação não poderia ser contestada, favorecendo à Escola. Os professores suspensos não conseguiram reverter a situação e resolveram abandonar a questão, pensando que assim poderiam reassumir seus cargos na Escola, o que não ocorreu. Oséas teve que pagar todos os custos do processo.

3.4 A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA ESCOLA DURANTE O CONFLITO

A Ebab se mostrava fragilizada economicamente, sempre pedindo ao governo novas subvenções e o aumento de seus valores. O governo do estado já tinha autorizado, um ano antes, uma subvenção para a Escola, de 6:000\$000 (seis contos de réis), o que era pouco para a instituição. Só para termos uma ideia, o Liceu de Arte e Ofícios e o Liceu Salesiano receberam, no mesmo ano, 20:000\$000 (vinte contos de réis) cada um, e os cursos de Engenharia e de Direito da Bahia receberam 60:000\$000 (OBRAS... 1930, p. 8). Embora a Escola estivesse em desvantagem em relação às outras unidades baianas, podiam contar com os valores do Legado Caminhoá.

O *Livro caixa do Legado Caminhoá* registra que no período que Oséas e os outros professores entraram com queixa crime contra o Diretor e o Secretário, a Escola estava com bastante dinheiro em caixa. Em janeiro de 1930, a Delegacia Fiscal depositou 3:000\$000 na conta da instituição e, com os juros das apólices relativas ao segundo semestre de 1929, a Escola ficou com um saldo de 152:729\$500. Uma soma importante para a época.

A Ebab passou a utilizar os recursos em diversas situações não previstas por Caminhoá. Passou a debitar valores para pagamento de transportes (149\$729), além de fazer diversas aquisições para os cursos. Em abril de 1930, fez compras para o

atelier de Escultura e para os gabinetes do curso de Arquitetura no valor de 1:451\$000, deixando um saldo de 151:278\$500.

Em julho de 1930, a Escola tinha um saldo de 154:278\$500. Ao comprar materiais para o atelier de Escultura e para o gabinete de Arquitetura, no valor de 4:000\$000, deixou um saldo de 150:278\$500. No início de 1931, com novos depósitos relativos ao segundo semestre de 1930, a Escola ficou com um saldo de 153:278\$500. Entre janeiro e julho de 1931, debitou três compras para o curso de Arquitetura nos valores de 1:635\$000, 4:880\$000 e 3:750\$000, deixando em caixa 143:013\$500.

Ainda em julho de 1931, pagou ao Professor Pasquale De Chirico a importância de 6:800\$000, referente à aquisição da escultura em gesso “*O Remorso*”, com o compromisso de mandar fundir em bronze mediante despesas pagas pela Ebab, quando a diretoria designasse, restando um saldo de 139:213\$500. Acreditamos que foi uma forma de impedir qualquer protesto do Professor que havia regressado da Itália e continuaria como Professor contratado.

Também em 1931, dois alunos da Ebab foram premiados. Emídio Magalhães, com a tela “*Vaqueiro de couraça*”, tema referente às forças voluntárias nas lutas da independência, e Ismael de Barros, com uma escultura em gesso com tema “*13 de maio*”. No mesmo concurso, Carlos Sepúlveda apresentou à Escola um “*torso de São Sebastião*” e uma “*Cabeça de negro*” (A EDUCAÇÃO...1931, p. 2). Aqui são dois concursos acontecendo ao mesmo tempo, o que contrariava totalmente as cláusulas testamentárias. Estranhamente, Carlos Sepúlveda apresentou um tema com o qual já tinha sido contemplado em 1920. É-nos pertinente salientar que, dez anos antes, Carlos Sepúlveda havia apresentado duas versões do torso de São Sebastião. Será que foi o mesmo trabalho?

A questão dos dois concursos acontecendo ao mesmo tempo é estranho, ainda mais acontecendo no mesmo período em que a questão se desenrolava na Justiça. A Congregação pagou as despesas dos dois concursos, sendo 450\$000 para o concurso de Pintura, que aprovou Emídio Magalhães Lima, e 400\$000, para o concurso de Escultura, que aprovou Ismael de Barros. Mesmo com todos os gastos, a Escola ainda ficou com um saldo de 138:063\$500.

Devemos lembrar que o prêmio de viagem anual era de 6:000\$000; portanto, a Escola, naquele momento, possuía valores suficientes para pagar 23 prêmios, conforme determinação do Legado. Em novembro do mesmo ano, a Escola ainda pagou 6:000\$000, ao professor Carlos Sepúlveda, pela aquisição de três “cabeças de expressão”. Será que aqui houve um acerto referente aos valores do prêmio de viagem de 1920, que não ficou registrado no *Livro Caixa do Legado Caminhoá*?

Por que tantas despesas e pagamentos de dois prêmios ao mesmo tempo, contrariando as regras determinadas em testamento? Pensamos que depois das queixas, a Congregação tentou utilizar o máximo dos recursos, sempre com ampla cobertura dos jornais.

Também passou a divulgar que os antigos professores saíram da instituição por extinção de suas cadeiras. Logo depois, Albérico Fraga foi contratado pela Escola, passando a ocupar o cargo de Secretário de José Nivaldo Allionni. Em um certificado, em 10 de outubro de 1940, consta que Lourenço Virgínio Conceição foi dispensado das suas funções de professor, em 8 de março de 1932, por extinção de sua disciplina (Sólidos e Estampas), disciplina essa da qual já estava suspenso desde 25 de fevereiro de 1931 (CERTIDÕES... 1931). Os documentos não comentam sobre a queixa crime.

Por outro lado, a Escola passa a evidenciar os novos professores contratados. No final de 1931, a Ebab inaugurou, em seu Salão Nobre, uma exposição de pintura dos professores e alunos (O QUE... 1931, p. 6). Essa exposição tinha a intenção de revelar ao público o progresso das artes dentro da Escola.

Depois de tantos anos representando a Escola, os professores foram escorraçados, sem direito à memória. Do conflito, registrou-se apenas a extinção das cadeiras e a aposentadoria compulsória dos antigos.

A contratação de Presciliano Silva, Alberto Valença e Mendonça Filho, todos com formação na Europa, contribuiu muito para o desenvolvimento da pintura baiana. O que deve ser esquecido é que a contratação desses artistas ocorreu dentro do contexto de construção dos discursos e apagamento dos antigos artistas. Era um time de peso, conhecido pelo público local, com a intenção de ofuscar os antigos e auxiliar os planos dos engenheiros.

Os professores mais antigos conservaram a tradição do Império com seus temas romantizados. Temos que lembrar que a formação desses pintores acompanhou o desenrolar da arte oitocentista baiana. Seus trabalhos contemplam os retratos, temas históricos, cenas de costume, alegorias e paisagens, sem assimilar as características impressionistas. Sem salões, os artistas se acomodaram no exercício da docência.

Os pintores formados na primeira década da República, mesmo depois do aperfeiçoamento na Europa, também não conseguiram abandonar o desenho formal. Eram exímios desenhistas graças às suas formações, transitando por gêneros já conhecidos. Corpo humano, paisagens, objetos em geral, todos facilmente transformados em pinturas. O tempo era outro, mas os costumes na Bahia republicana continuavam os mesmos.

Clarival do Prado Valladares (1973, p. 199) enumerou as exposições de Presciliano Silva. Quando verificamos as obras apresentadas em suas quatro primeiras exposições, entre 1908 e 1927, totalizam-se 155 telas. Os títulos revelam 18 retratos, apenas cinco interiores e o restante paisagens (algumas marinhas). Até a década de 1920, de acordo com as informações de Valladares, o pintor podia ser considerado um paisagista, com poucos retratos registrados.

3.4.1 Os pintores aposentados e demitidos

Com a aposentadoria compulsória, Oséas Santos se dividiu entre a Bahia e o Rio de Janeiro. Seguiu para a capital federal, acompanhado por sua filha Isaura dos Santos (BAHIA... 1931, p. 2). Em 1933, participou da inauguração do busto de Antonio Parreiras, em Niterói (HOMENAGEM... 1933, p. 3). Sua oração em nome dos artistas baianos foi muito aplaudida. Lembramos que Oséas entrou em contato com Parreiras, durante a sua exposição no Palácio Rio Branco, em 1928.

Já em 1940, expôs no Liceu do Rio de Janeiro, gerando alguns comentários nos jornais: “[...] modesta exposição do artista, com pequenas telas, com aparência de aquarelas, com cores dispostas em harmonia e com temas poéticos e infantis [...] conseguindo alcançar a pureza da infância” (EXPOSIÇÃO... 1940, p. 2). Para o colunista, Oséas desprezava as coisas do Século XX.

Em 1943, fez outra exposição na Casa da Bahia na Av. Rio Branco, apresentando algumas telas: “A onda”, “O malando”, “Suplica”, “Miséria”, “Bahia antiga”, “Ninho da águia” (UM PINTOR... 1942, p. 7). Retornou à Bahia, um ano depois, para expor algumas paisagens pintadas às margens do Rio São Francisco (EXPOSIÇÃO... 1943, p. 2).

Em 11 de setembro de 1949, Oséas realizou sua última exposição, no Salão da Biblioteca Pública da Bahia. Um mês depois o pintor faleceu. A certidão de óbito revela que Oséas dos Santos faleceu no dia 7 de outubro de 1949, com 84 anos (CERTIDÃO... 1949).

Figura 35 - Fotografia de Oséas Santos publicada no jornal A Tarde.



Fonte: (UMA VIDA... 1949, p.2).

A causa da sua morte foi identificada como esclerose generalizada, atestada pelo Dr. Flávio Silva; seu sepultamento ocorreu no cemitério Quinta dos Lázaros. Após a sua morte, o jornal *A Tarde* publicou uma pequena homenagem com uma fotografia do Professor já com os cabelos brancos. O artigo com o título “Uma vida dedicada à arte” revelava:

[...] Trabalhador incansável, daqui se ausentou para tratar dos órgãos da visão. Mas, talvez, guiado pelas mãos do destino, como que pressentindo seu próximo fim, retornou à Bahia, onde, em agosto passado próximo, seus amigos realizaram uma exposição de despedida das suas últimas obras. (UMA VIDA... 1949, p. 2)

Mendonça Filho, então Diretor da Ebab, dividiu os vencimentos de Oséas Santos entre os professores aposentados, Etelvina Rosa Soares e Oscar de Silva Lima, segundo ofício nº 105 e 106 (OFÍCIOS... 1949). Não temos o instrumental necessário para julgar a transferência dos vencimentos de Oséas para outros professores. Por ironia

do destino, os valores de sua aposentadoria foram repassados para um dos professores que ele acusou em 1931.

É importante registrar que a Escola possui um “Livro de recortes de jornais dos anos de 1943 a 1956”, com artigos e notas sobre a Ebab e sobre os artistas baianos, e, mesmo com toda divulgação sobre as exposições dos antigos professores, nenhuma nota sobre eles foi guardada. Até mesmo as notas de falecimento dos pintores não mereceram destaque no livro.

Sentindo o descaso da Ebab para com seu pai, Isaura dos Santos levou todos os documentos familiares e também do processo que seu pai moveu contra o Diretor e o secretário da Escola para o IGHSE, a fim de não deixar que sua memória se apagasse. Graças a Epifânio Dórea, então Secretário do instituto, muitas informações do artista sobreviveram e geraram uma publicação na década de 1960. Através da publicação identificamos uma exposição póstuma de seus trabalhos no IGHSE, entre os dias 09 e 19 de fevereiro de 1950 (ALVES DOS SANTOS, 1966, p.159). Provavelmente as obras que ainda são preservadas no acervo do IGHSE foram do período.

Já Antonio Olavo Baptista, retornou ao sul da Bahia, trabalhando como agrimensor da Secretaria de Agricultura, pois a autarquia, entre outras coisas, controlava a produção cacaueteira no sul do estado. Como pintor e retratista, retornou a um mercado que já conhecia e onde foi acolhido. O Palácio Paranaguá, em Ilhéus, ainda possui um grande número de retratos pintados e fotografias de sua autoria. Também enveredou no círculo político daquela região, chegando a ser administrador em uma subprefeitura da cidade de Itajuípe, a cerca de 50 quilômetros de Ilhéus.

É considerado um dos fundadores do Partido de Representação Popular daquela cidade, do qual foi Presidente e Doutrinador. Casou-se, pela segunda vez, com Francisca Cecília de Silva Batista, vivendo seus últimos dias naquela cidade (PINTOR... 1953, p. 28). Faleceu no dia 30 de julho de 1953, sendo enterrado, às 16 horas, no cemitério da cidade, com a presença de amigos e membros da Congregação Mariana, da qual era filiado. Octávio Torres (1954) em sua “biografia resumida dos professores da Ebab” afirma que Olavo abandonou a cadeira, seguindo para o interior

da Bahia para trabalhar, voltando à Escola anos depois, para renunciar ao cargo. Olavo Baptista foi suspenso e depois demitido por extinção da cadeira.

Lourenço Conceição, outro Professor suspenso e demitido, ainda tentou retornar à Escola. Em 15 de maio de 1934, redigiu um ofício ao Diretor José Nivaldo Allionni, reclamando que a instituição decidiu injustamente suspender ele e seus colegas, Oséas Santos e Antonio Olavo Baptista. Alegou que, após a resolução da Congregação em aposentar os outros professores, acreditava que sua suspensão poderia ser interrompida. Percebemos que ele tenta se desvincular de Oséas Santos e Olavo Baptista. A Escola respondeu que sua antiga cadeira tinha sido extinta (OFÍCIO, 1934).

Lourenço Conceição continuou trabalhando e expondo. Em 1933, expôs em Pernambuco vários quadros a óleo e aquarelas (A EXPOSIÇÃO...1933, p. 6). Dois anos depois retornou a Pernambuco para expor. Recebeu, dessa vez, críticas negativas: “hoje já não se aceita, aqueles que estão num outro plano de cultura e atualidade, a pintura do que é bem-feitinho” (UMA EXPOSIÇÃO...1935, p. 4). As críticas continuavam: “o pintor Lourenço Virgínio Conceição pinta direto, maneja os pincéis habilmente, faz uns quadros vistosos, gordos de tinta e abundante de coloridos, mas não [era] um artista no conceito de [hoje]”. Isso demonstra que o discurso moderno já tendia para desprestigiar os artistas que seguiam a tradição oitocentista.

Também realizou algumas exposições no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Em 1935 recebeu críticas favoráveis: “não seria preciso dizer-se qualquer coisa da exposição de pintura de Lourenço Virgínio Conceição, pois bastaria recordar as gloriosas exposições retrospectivas do mestre conterrâneo” (A EXPOSIÇÃO...1935, p. 2). Em 1937, fez outra exposição apresentando, entre outras, as telas “*Restear de sol*”, “*Flores do lago*”, “*Barco abandonado*”, “*Manhã em Ilhéus*”, “*Praia de Aratuba*”, telas com títulos muito próximos aos que Mendonça Filho realizou no mesmo período (ASPECTOS... 1937, p. 2). Depois expôs 120 trabalhos, no Liceu do Rio de Janeiro, em 1937 (RIBEIRO, 1937, p. 33).

Uma coisa chama muito a atenção. No *Livro de Termos de Obrigação com a Ebab*, que registra todos os concursos de viagem à Europa, Lourenço Conceição não foi

incluído, mesmo vencendo o prêmio Caminhoá. Será que a omissão do pintor dentro do livro foi proposital?

O ocultamento também ocorreu com os pintores que deixaram a Escola ou ensinavam em outras instituições. Tanto Vieira de Campos quanto Robespierre de Farias continuavam ensinando no Ginásio da Bahia. Vieira de Campos, por exemplo, permaneceu ensinando até 1935, quando solicitou aposentadoria, alegando que estava parcialmente cego (PROCESSO...1935). Foi substituído pelo pintor Philomeno Cruz (PROF. SOUZA BRITO, 1935, p. 3).

A Congregação do ginásio fez uma homenagem ao velho pintor, colocando seu retrato na galeria de antigos professores (AS SOLENIDADES... 1935, p. 1). O artista não compareceu à inauguração e foi representado pelo Professor Deraldo Dias, que agradeceu a todos em seu nome. Vieira de Campos, que tantos retratos produziu na Bahia, foi imortalizado pelo pincel de Robespierre de Farias, segundo (MATTOS, 2011, p. 156).

Rosana Baltieri desenvolveu um importante estudo sobre a restauração na Bahia, em que revelou muitas informações sobre Robespierre de Farias. Segundo a pesquisadora, entre 1920 e 1940, destacavam-se, como restauradores, os pintores Presciliano Silva e Robespierre de Farias. Entre as coleções mencionadas por Baltieri, cujos artistas/restauradores realizaram intervenções, estavam os acervos da Câmara municipal, do IGHBA, da Irmandade do Senhor do Bonfim, do MAB e da Escola de Medicina da Universidade da Bahia (BALTIERI, 2012, p. 35).

Baltieri evidencia que as críticas ao trabalho de Robespierre de Farias, como restaurador, surgiram na segunda metade do Século XX, momento em que já “estavam em voga novos procedimentos e mentalidades acerca do restauro”.

Em 1954, Robespierre de Farias desenvolveu um retrato do Prefeito de Salvador, Hélio Machado, sendo inaugurado pelo Padre F. Barros, no auditório da Rádio Excelsior (KALILI, 1954, p.2). Também realizou outra exposição no salão térreo do Palace Hotel, patrocinada pelo Prefeito, onde expôs 48 quadros, entre interiores e marinhas. Entre as telas expostas estavam: “*Beco da galinha*”, “*Rodagem de Garcia D’ávila*”, “*Caminho de Genario*”, “*Velha casa de Feira Velha*”, “*Vesperaí*”, “*Marinha-Ondina*”, “*Crepúsculo*”, “*Monte dourado*”, “*Capela de Feiras velhas*”, “*Igreja do*

Rosário, *Anoitecer*, *Rio Imbassai*, *Vento e espuma*, *Caminho de Genaro*, *Espuma*, *Fortaleza de Santa Maria*, *Tarde de verão*, entre outras (EXPOSIÇÃO... 1954, p. 4).

Segundo Ribeiro Hora (1954, p. 10), Robespierre se aposentou em 1953, depois de 39 anos de ensino. Naquele mesmo ano, foi convidado, por Mendonça Filho, Diretor da Ebab, para integrar um grupo de professores que julgariam o concurso para a disciplina de Pintura (OFÍCIO, 1954). O concurso de Pintura que aprovou Emídio Magalhães.

Robespierre chegou a expor no saguão do Museu Nacional de Belas Artes, em 1959, apresentando paisagens baianas, flores, naturezas-mortas e retratos. O Ministro da educação foi paraninfo, revertendo parte da renda para o benéfico da Fundação Laureano (NOTAS... 1951, p. 7).

Robespierre de Farias foi o único pintor, entre os esquecidos, que presenciou todas as transformações modernas na Bahia, viu alunos se tornarem mestres, seus amigos caírem no esquecimento e, mesmo assim, fiel a sua arte, continuou pintando. Faleceu com 91 anos no dia 3 de outubro de 1975, e seu corpo foi velado no Colégio Estadual da Bahia, onde foi Professor Emérito. Sua última exposição foi em 1968, na Galeria Panorama. Na década de 1980, Robespierre já era um pintor praticamente esquecido em Salvador.